

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

PUBLIC POLICIES FOR THE DEVELOPMENT OF FAMILY AGRICULTURE: A SYSTEMATIC REVIEW

Elisiane Salzer
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
s_elisiane@yahoo.com.br

Clério Plein
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
clerioplein@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): GT5. Agricultura familiar e ruralidades

Resumo
O presente estudo tem como objetivo analisar as características estudadas frente as políticas públicas utilizadas pela agricultura familiar. Assim, realizou-se uma pesquisa exploratória, bibliográfica com revisão sistemática e análise de dados com análise qualitativa e quantitativa. Para exploração dos dados utilizou-se o software Ucinet® com intuito de análise de redes. A coleta dos dados foi por meio de artigos selecionados nas bases Scopus e Web of Science. Os resultados evidenciam que as políticas públicas são de suma importância na contribuição da permanência do pequeno agricultor familiar no campo, auxiliando no incremento da renda e desenvolvimento rural, porém existem dificuldades de operação de alguns programas. As principais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, evidenciadas nos estudos é o Pronaf, o PAA e PNAE. Outra política destacada no Estado do Paraná é o Programa de Leite das Crianças. Assim o presente estudo contribui para evidenciar a necessidade de divulgações das políticas públicas destinas à agricultura familiar e a importância de operacionalização de alguns programas para atingir um maior número de beneficiados.
Palavras-chave: Desenvolvimento rural; Programas do Governo; Transferências Públicas.

Abstract
The present study aims to analyze the characteristics studied against the public policies used by family farming. Thus, an exploratory, bibliographic research was carried out with a systematic review and data analysis with qualitative and quantitative analysis. To explore the data, the Ucinet® software was used with the aim of analyzing networks. Data collection was done through articles selected from the Scopus and Web of Science databases. The results show that public policies are of paramount importance in contributing to the permanence of the small family farmer in the countryside, helping to increase income and rural development, but there are difficulties in the operation of some programs. The main public policies aimed at family farming, evidenced in the studies are Pronaf, PAA and PNAE. Another policy highlighted in the State of Paraná is the Children's Milk Program. Thus, the present study contributes to highlight the need for disclosure of public policies aimed at family farming and the importance of operationalizing some programs to reach a greater number of beneficiaries.
Key words*: Rural development; Government Programs; Public Transfers.*

1. Introdução

Na década de 1990 ocorreu o reconhecimento, pelo Estado, da agricultura familiar como uma categoria social e política, sendo elaborado regras e instrumentos referentes as políticas públicas que afetaram as questões socioeconômicas da comunidade, principalmente no âmbito rural, para garantir a manutenção do homem no campo como produtor de alimentos (GRISA; SCHNEIDER, 2014; SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014, DA SILVA; DIAS; SILVA, 2014).

De acordo com Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014), o reconhecimento da agricultura familiar, passou a estabelecer atuações por parte do Estado na elaboração de programas relacionados a políticas públicas, com intuito de fortalecimento da agricultura.

O cenário de políticas públicas e as dinâmicas sociais apresentaram mudanças significativas de 1994 para cá. Sendo que as alterações iniciaram com a publicação da nova Constituição Federal, porém a questão temporal para definição das alterações de políticas públicas não é tarefa fácil, pelas interfaces existentes entre o passado e presente nas questões dos processos sociais (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

As políticas públicas estão relacionadas com a temática do desenvolvimento rural, tendo como influência a agricultura familiar, com intuito de fomentar a atividade agrícola principalmente aos pequenos agricultores, sendo que o marco histórico do fomento à agricultura familiar foi a criação do Programa de valorização da pequena Produção Rural – Provap em 1994, que culminou na efetivação do mais importante programa o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em 1996 (DA SILVA; DIAS; SILVA, 2014; SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

De acordo com Moreira et. al. (2020) o desenvolvimento rural e socioeconômico tem grande influência com a instituição das políticas públicas para que a agricultura familiar tenha evolução igualitária quanto a modernização da atividade agrícola.

Neste contexto o artigo se propõe a responder os seguintes questionamentos: Quais as características dos estudos científicos frente a utilização de políticas pública para o desenvolvimento da agricultura familiar? Com o propósito de responder o questionamento da pesquisa, tem-se como objetivo deste trabalho analisar as características levantadas pelos estudos frente a utilização de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Para tanto, os seguintes objetivos específicos são delineados: a) selecionar o portifólio bibliográfico nas bases Scopus e Web of Science sobre a temática estudada: políticas públicas e agricultura familiar; b) realizar uma análise da utilização das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar, encontrados nos estudos pesquisados, buscando identificar as metodologias mais usuais.

Este estudo justifica-se por poder contribuir na explanação das políticas públicas relacionadas aos agricultores familiares, para assim melhorar no desenvolvimento da atividade agrícola. O resultado poderá contribuir para diminuição das dificuldades da operacionalização e implementação das políticas públicas.

O artigo contém cinco seções, incluindo esta introdução. Na seção 2, apresenta-se o levantamento teórico. Em seguida os procedimentos metodológicos adotados no decorrer desta pesquisa. A seção 4 contempla a análise dos dados frente as políticas públicas relacionadas a agricultura familiar. As considerações finais acerca do tema sumarizam este trabalho.

2. Desenvolvimento Rural

No início do século XX a distinção entre rural e urbano se dava por alguns elementos, podendo ser ambientais, ocupacionais, tamanho das comunidades, densidade populacional e forma de convívio social. Com o passar do tempo a definição do que era rural e urbano se modificou constantemente. A discrepância entre culturas do rural e urbano foi alterando com a modernização na agricultura (BAPTISTA, 2001).

Existem diversas interpretações sobre a temática sobre como promover o e o que é o desenvolvimento. Abromovay (2003) destaca em seu estudo que muitos confundem o termo desenvolvimento com crescimento econômico. Porém, para que aconteça o desenvolvimento são necessárias outras variáveis, e uma delas, que acaba sendo de comum consenso é que para que o desenvolvimento tem relação direta com a qualidade de vida, e para se atingir a qualidade a questão econômica é importante (PLEIN, 2012).

O desenvolvimento rural, não abrange apenas o viés econômico, é uma tarefa multidisciplinar. Está relacionado com a elaboração de novos produtos e serviços, exploração de novos mercados, novas tecnologias, redução dos custos, para assim buscar a igualdade social e preservação ambiental (TERLUIN, 2003).

Fernandes (2016) destaca em sua pesquisa que um obstáculo existente para atingir o desenvolvimento rural é a disputa entre a produção camponesa e o agronegócio, pela diferenciação na forma de produção. O autor destaca que o agronegócio contribui para o enfraquecimento da atuação dos camponeses, podendo prejudicar a subsistência dos mesmos.

2.1 Agricultura Familiar

A agricultura familiar brasileira é a principal responsável pela produção e abastecimento interno de alimentos, e a forma de produção auxilia na agrobiodiversidade, pois tem a produção pautada na sustentabilidade (SOARES et. al., 2018).

De acordo com Schneider (2016) existe com consenso de que os principais protagonistas para cumprir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, estipulados pela Organização das Nações Unidas, serão os agricultores familiares ou pequenos produtores.

A produção de forma sustentável é realizada pela agricultura familiar pelas mudanças da forma de produção. De acordo com Abramovay (2010), a agricultura familiar é definida como sendo a forma de produção de uma propriedade que é administrada e desenvolvida, na sua maioria, por pessoas que mantêm um vínculo familiar, ou seja, de sangue ou casamento.

O INCRA (2013) destaca que para se classificar como pequena propriedade, a área total da propriedade não pode ultrapassar quatro módulos fiscais, sendo que cada município estipula qual o tamanho que compreende cada módulo fiscal. As propriedades que possuem de quatro a 15 módulos se caracterizam como média propriedade e acima de 15 módulos se enquadra como grande propriedade.

As propriedades caracterizadas como produtores familiares, são a sua maioria no Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2006), 84,4% das propriedades agrícolas estão enquadradas como produtores familiares, correspondendo a um total de 4.367.905 propriedades, perfazendo 24,3% das áreas ocupadas. Já a produção agrícola advinda da agricultura familiar corresponde a 40% da produção total, contribuindo também para geração de emprego, sendo responsável por sete a cada dez empregos gerados no campo (CONAB, 2012).

Para que ocorra o desenvolvimento rural sustentável, os produtores precisam estar cientes da necessidade de mudanças das práticas agrícolas realizadas, principalmente na produção convencional, pois a produção agrícola influencia diretamente no meio ambiente (SANTOS; CÂNDIDO, 2013).

De acordo com Albergoni e Pelaez (2007), a produção agrícola realizada pelo método convencional tem objetivo de aumentar as taxas de produtividade, sem considerar os impactos causados no meio ambiente. Já na produção realizada pela agricultura familiar está na contramão da produção convencional, pois os produtores buscam alternativas sustentáveis para o aumento da produção e incremento na renda (DE CASTRO NETO, et. al., 2010).

A forma convencional de produção, ou seja, o agronegócio, foi criado pela agricultura capitalista, sendo considerada a forma mais eficiente da produção agrícola. Já as pequenas propriedades, acabam sendo subordinadas dentro da agricultura capitalista, existindo diversos debates, pelos campesinatos, pelo agronegócio, pelo governo e partidos políticos, de qual a forma mais adequada de produção (FERNANDES, 2016).

Porém para Soares et at. (2018) a produção familiar, principalmente voltadas para o autoconsumo, contribuem para a redução de custos com a compra de alimentos pelos pequenos

produtores, e ainda garantem a segurança alimentar, destacando que as políticas públicas são estratégias para que eles permaneçam no campo e que tenham alternativas de aumento na renda.

A modernização da agricultura é responsável por problemáticas como o capitalismo agrário, a concentração da terra pelos grandes produtores e o êxodo rural. Sendo que as políticas públicas podem amenizar os problemas agrários e auxiliar no desenvolvimento rural (FERNANDES, 2016).

Para Schneider (2016) as organizações como, sindicatos, associações, cooperativas e outras formas, tem um papel de suma importância na divulgação das políticas públicas em benefício à agricultura familiar. Segundo o autor, apesar de não existirem muitas políticas públicas destinadas a agricultura familiar, as mesmas são decisivas em favor a continuidade da atividade agrícola.

Complementando, Fernandes (2016), destaca que para que ocorra o fortalecimento da atuação dos camponeses e da agricultura familiar, é de suma importância que sejam elaboradas e disponibilizadas políticas públicas voltadas aos pequenos agricultores.

2.1 Políticas Públicas para Agricultura Familiar

O Estado tem papel primordial frente ao desenvolvimento de políticas públicas, com intuito de minimizar os conflitos e gestão das terras, principalmente entre os camponeses e o agronegócio, buscando solucionar problemas relacionados ao desenvolvimento diferenciado dos diferentes atores da produção agrícola (FERNANDES, 2016).

As políticas públicas desenvolvidas pelo governo, nem sempre são divulgadas de forma eficiente. De acordo com Moreira et at. (2020), as políticas públicas devem ser divulgadas pelo Governo, porém muitas vezes os dados disponibilizados não estão expostos de forma objetiva e com qualidade, principalmente no que se refere aos dados do PRONAF.

Moreira et al. (2020), destaca que, além de elaboração das políticas públicas destinadas aos pequenos produtores familiares, é fundamental que elas tenham ampla divulgação, principalmente apoiada na divulgação de dados qualificados.

O Governo brasileiro criou a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, em 1997, para garantir aos pequenos produtores familiares o acesso ao programa PRONAF, sendo que a DAP também tem a finalidade de disponibilizar acesso aos demais projetos de políticas públicas (GRISA; NIEDERLE, 2019).

A DAP tem opções mais restritivas no acesso as políticas públicas, sendo necessário cumprir alguns requisitos como

> a) exploram parcela de terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, comodatários, parceiros, concessionários do Programa Nacional de Reforma Agrária, ou permissionários de áreas públicas; b) residem no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais; c) não detêm área superior a quatro módulos fiscais; d) detêm, no mínimo, 50% da renda bruta originária da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; e) têm o trabalho familiar como predominante, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento; f) obtiveram renda bruta familiar de até R$ 360 mil reais nos últimos doze meses (GRISA; NIEDERLE, p. 19, 2019).

De acordo com Fernandes (2016), as transformações agrícolas e questões referentes ao desenvolvimento apresenta várias problemáticas relacionada a destinação de recursos entre diferentes regiões, territórios no que tange a elaboração de políticas públicas, sendo importante conhecer como a política é implantada nas diferentes regiões.

Um espaço que foi criado para transferências de ideias e instrumentos relacionados as questões de políticas públicas destinadas para a agricultura familiar é a REAF - Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul, que apesar de ter direcionado as ações a um processo de convergência, disponibiliza espaço para incrementação das políticas públicas (GRISA; NIEDERLE, 2019).

Os autores destacam ainda que as compras públicas oriundas da produção da agricultura familiar, também fazem parte dos apontamentos na REAF. Sendo decidido que será analisado as potencialidades das compras públicas como forma de garantia e inclusão da produção da agricultura familiar (GRISA; NIEDERLE, 2019).

Outro programa importante para o fortalecimento da agricultura familiar é o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que de acordo com Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014), este programa refere-se as compras governamentais advindas da agricultura familiar para estimular a atividade agrícola e garantir melhores preços aos agricultores. Outro ponto importante para a produção oriunda da agricultura familiar foi a criação da Lei 11.947/2009, que estipulou um elo entre a alimentação escolar e a agricultura familiar regional ou local com alterações no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

3. Metodologia

Para desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se como metodologia a pesquisa exploratória com a realização de uma revisão sistemática da literatura, que de acordo com Monoley e Maggs (1999) este tipo de estudo possibilita a identificação de variáveis já analisadas em estudos anteriores sobre a temática levantada e ainda quais foram os principais resultados das pesquisas anteriores, tratando-se de uma sintetização dos trabalhos selecionados, por meio de análise qualitativa dos dados.

Para atingir o objetivo proposto neste estudo, dividiu-se a pesquisa em duas etapas. A primeira, corresponde a revisão sistemática da literatura, com a finalidade de embasamento teórico para o estudo, verificando as variáveis já estudadas e possíveis lacunas teóricas frente ao tema. A segunda etapa consiste em analisar os estudos encontrados frente a temática do estudo.

Realizou-se uma busca nas bases eletrônicas de dados Scopus e Web of Science, por meio do sistema do portal de periódicos da CAPES entre os dias 10 e 11 de julho de 2021. Utilizou-se como termos de busca palavras relacionadas a temática estudada: políticas públicas e agricultura familiar. Para atingir o objetivo proposto os termos utilizados na busca foram utilizados em conjunto, ou seja, utilizou-se “políticas públicas” and “agricultura familiar”, em ambas as bases. Como os termos utilizados na busca foram limitados com as aspas, o resultado foi mais assertivo na temática estudada.

Como critério de inclusão, delimitou-se ser classificado como artigo científico, estar com acesso livre e não limitou-se à ano de publicação.

O critério de exclusão limitou-se a duplicidade de artigos em mais de uma base e a não classificação na temática estudada. A Tabela 1 detalha a quantidade de estudos encontrados, os excluídos por não terem o acesso liberado e excluídos após a leitura por não estarem relacionados a temática estudada, apresentando assim o resultado final de artigos analisados.

Tabela 1 – Etapas de seleção dos estudos

Bases	Termos de busca	Resultado de buscas	cluídos não ponível	Excluídos após leitura	Final
Scopus	"Políticas Públicas" and "Agricultura Familiar"	17	6	2	9
Web Of Sciense	"Políticas Públicas" and "Agricultura Familiar"	1	0	0	1
Total		18	6	2	10

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Após a realização da etapa das exclusões, restaram dez artigos que serão analisados neste estudo. A segunda fase da pesquisa consistiu na leitura e análise das bibliografias identificadas. De acordo com estas, verificou-se as questões relacionadas as políticas públicas relacionadas para a agricultura familiar, a importância da criação das mesmas para permanência das pequenas famílias no campo bem como a forma que o tema vem sendo estudado pelos demais pesquisadores.

Para verificação das relações entre os estudos, no que tange as palavras chaves, títulos, áreas de estudo e variáveis estudadas, utilizou-se o software UCINET®, que é um software livre de análise de dados em rede, dessa forma analisa as combinações frente aos estudos analisados. Para análise das palavras mais utilizadas nos estudos, a ferramenta empregada foi a Wordclouds.

4. Análise e Discussões dos Resultados

O objetivo deste trabalho é analisar as características levantadas pelos estudos realizados frente a questões das políticas públicas destinadas a agricultura familiar. Assim, desenvolveu-se um levantamento bibliográfico de estudos frente ao tema.

Dos dezoito artigos iniciais, utilizou-se para análise dos dados dez artigos bases, que elencam a temática, sendo que seis artigos não estavam com acesso disponível e dois artigos não estavam de acordo com a temática abordada, fazendo uma menção diferenciada sobre a política pública.

O Quadro 1 apresenta os dados dos artigos selecionados, sendo que oito estudos foram desenvolvidos no Brasil e dois analisaram as questões das políticas públicas no Mercosul. Quando as publicações os artigos estão e distribuídos em várias revistas, porém destaca-se que quatro estudos foram publicados no mesmo periódico, a Revista de Economia e Sociologia Rural, que tem o enfoque em temáticas relacionadas à agricultura, agroindústria e questões rurais.

Quadro 1 – Dados dos estudos selecionados

N	AUTORES	TÍTULO	REVISTA	PAÍS
BASE – Scopus				
1	Grisa, C., Niederle, P.	Paradigms, institutional changes and policy dismantling in the mercosur specialized meeting of family farming	Lua Nova: Revista de Cultura e Política	Mercosul
2	Moreira, F.M., Bisi, P.H.S., Botega, L.C., Segundo, J.E.S., Santana, R.C.G.	A qualidade na recuperação de dados Governamentais: um estudo sobre dados de políticas públicas na internet	Perspectivas em Ciência da Informação 25(2), pp. 103-132	Brasil
3	Grisa, C., Niederle, P.	Transferência, Convergência e Tradução de Políticas Públicas: A Experiência da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul	DADOS: Revista de Ciências Sociais	Mercosul

4	Soares, K.R., da Silva Ferreira, E.E.S., Seabra Junior, S., da Silva Neves, S.M.A.	Extrativismo e Produção de Alimentos como Estratégia de Reprodução de Agricultores Familiares do Assentamento Seringal, Amazônia Meridional	Revista de Economia e Sociologia Rural	Brasil
5	Souza-Esquerdo, V.F. De, Bergamasco, S.M.P.P.	Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP)	Revista de Economia e Sociologia Rural	Brasil
6	Grisa, C., Schneider, S.	Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil	Revista de Economia e Sociologia Rural	Brasil
7	Silva, M.G., Dias, M.M., Silva, S.P.	Relações e estratégias de (des)envolvimento rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG)	Revista de Economia e Sociologia Rural	Brasil
8	Favero, C.A.	Políticas públicas e reestruturação de redes de sociabilidades na agricultura familiar	CADERNO CRH	Brasil
9	Telles, T. S.; Tanaka, J. M. U.; Pellini, T.	Agricultura familiar: pecuária leiteira como locus das políticas públicas paranaenses	Semina: Ciências Agrárias	Brasil
BASE - WEB OF SCIENCE				
1	FERNANDES, Bernardo Mançano	Development Models for the Brazilian Countryside: Paradigmatic and Territorial Disputes	Latin American Perspectives	Brasil

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

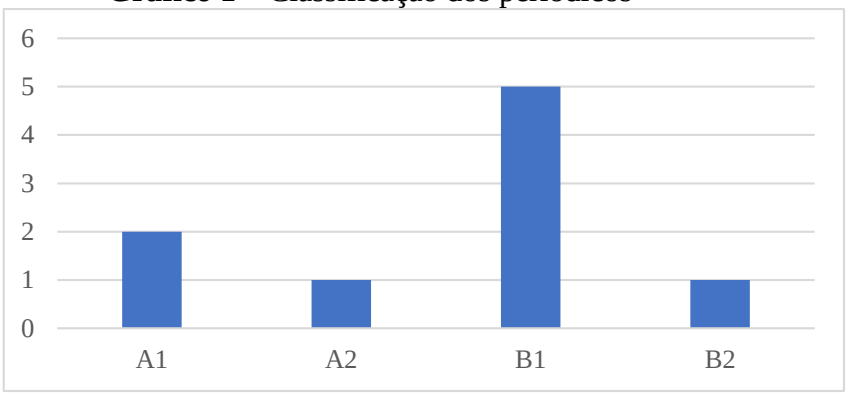
Observa-se que os estudos foram desenvolvidos em sua totalidade relacionados ao Brasil, ou seja, em oito estudos foram realizados no Brasil e dois envolvendo o Brasil, pois foi desenvolvido nos países do Mercosul, o qual o Brasil faz parte, apesar das buscas serem desenvolvidas em bases internacionais.

Quanto a qualificação das revistas, utilizou-se como base o critério utilizado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). De acordo com a CAPES (2014) é disponibilizado uma lista de classificação das revistas e assim afere-se a qualidade dos artigos publicados, sendo que a classificação é realizada por área de atuação, podendo a mesma revista ser classificada com dois conceitos distintos se trabalhar com duas áreas diferentes. O indicativo de qualidade é dividido em Qualis A1 para o mais elevado grau de qualidade, seguindo de A2, B1, B2, B3, B4 e C o nível mais baixo.

A avaliação dos periódicos passu por uma reformulação no quadriênio de 2017-2020, porém a lista não está atualizada no portal sucipira. Com a nova classificação, os periódicos não terão mais notas variadas em caso de terem mais de uma área de publicação, ou seja, se tiverem mais de uma área de publicação a classificação do Qualis será a mesma para ambas as áreas. Quanto as classificações, a categoria do A foi dividida em A1, A2, A3, A4, permanecendo as demais divisões em B e C.

Dos artigos selecionados um dos periódicos não tem classificação de Qualis. Já os demais os periódicos analisados a maioria estão classificados em B1 totalizando cinco publicações, seguidos do Qualis A1 com duas publicações e na classificação A2 e B2 apresentou-se um estudo em cada. O Gráfico 1 demostra o resultado da análise dos Qualis dos periódicos, em que foram publicados os estudos analisados neste artigo.

Gráfico 1 – Classificação dos periódicos

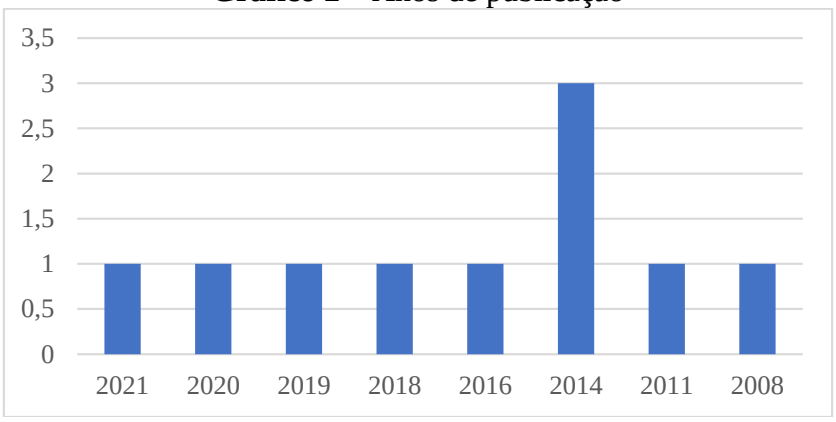


Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Os resultados demonstram o alto grau de qualificação dos periódicos que publicaram o tema pesquisado, visto que 50% dos trabalhos foram publicados em periódicos classificados no Qualis B1, e 30% estão publicados em periódicos classificados na categoria A.

Quanto aos anos de publicação, percebe-se que os estudos são recentes, pois mesmo não limitando o período de estudo durante as buscas nos periódicos, nove dos artigos foram publicados à menos de dez anos, ou seja, de 2011 até 2021, sendo que apenas um artigo é de 2008, a mais de dez anos. O Gráfico 2, apresenta a evolução dos anos de publicação frente ao tema estudado.

Gráfico 2 – Anos de publicação



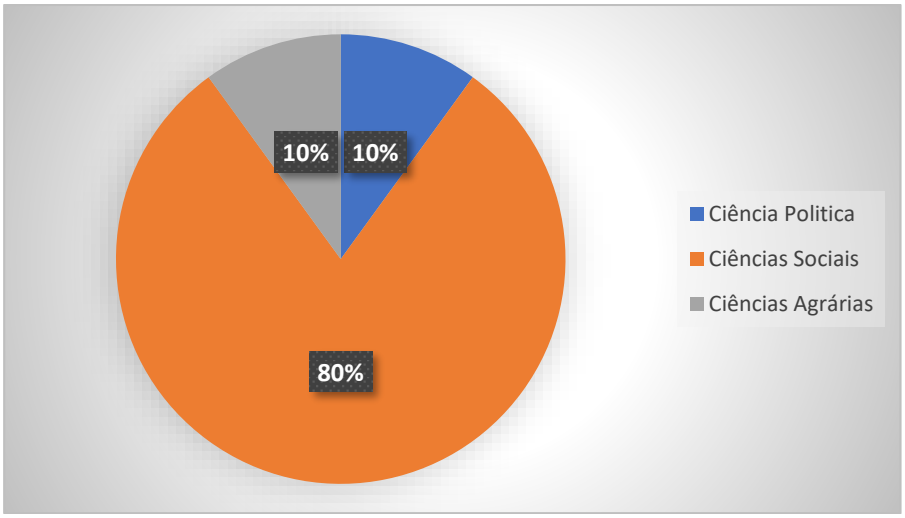
Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Percebe-se que, os estudos são recentes quando se fala em políticas públicas destinadas para a agricultura familiar, destaca-se que o ano de 2021, já possui um artigo publicado sobre a temática o que pode alterar, pois o ano está em curso.

Apesar do marco histórico da formulação das políticas públicas destinadas para a agricultura familiar ter sido em 1994, ou seja, à 27 anos, (DA SILVA; DIAS; SILVA, 2014; SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014), os artigos encontrados nas duas bases analisadas, frente a temática são mais recentes.

Outro ponto, analisado nos estudos é referente as áreas de estudo que publicaram sobre a temática de políticas públicas relacionadas a agricultura familiar, o Gráfico 3 demonstra as áreas de publicação dos periódicos.

Gráfico 3 – Áreas de estudo



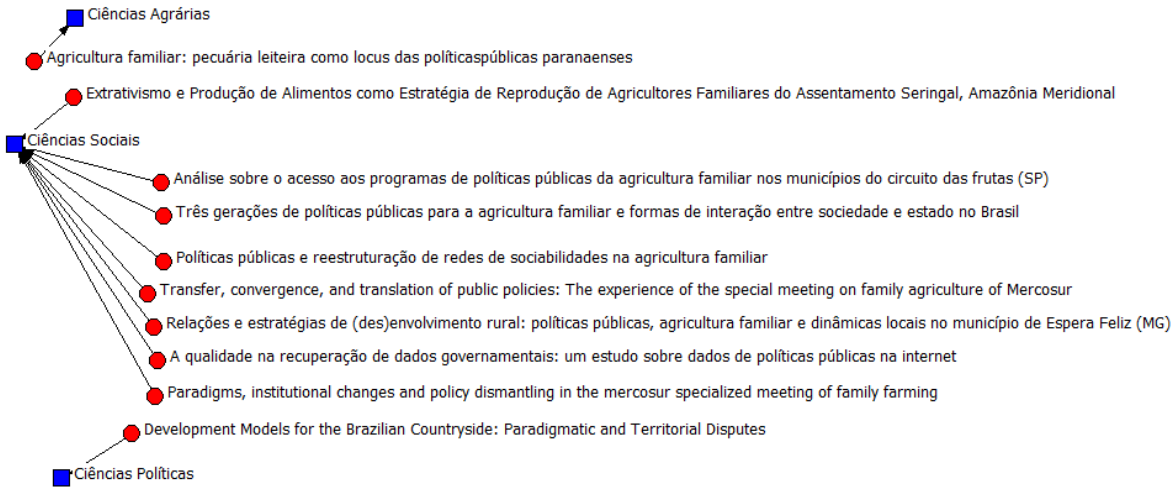
Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Dos estudos analisados, oito (80%) trabalhos estão relacionados a área de Ciências Sociais, um a área de Ciências Políticas e um na área das ciências agrárias. Destaca-se que alguns estudos estão enquadrados em mais de uma área de estudo, por isso no Gráfico 3 apresenta-se três grandes áreas perfazendo um total de três áreas, sendo a maioria na área de Ciências Sociais.

Complementando, a análise das áreas de estudo, na sequência, com a utilização do software UCINET ®, apresenta-se a relação dos títulos e área estudada nos artigos. Percebe-se que os títulos abordam temáticas bem semelhantes que englobam as três grandes áreas da ciência social, agrária e ambiental, sendo como ponto principal a área de Ciências Sociais.

A Figura 1 apresenta a relação dos títulos e as áreas de estudo dos trabalhos analisados.

Figura 1 – Relação dos títulos e áreas de estudo



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

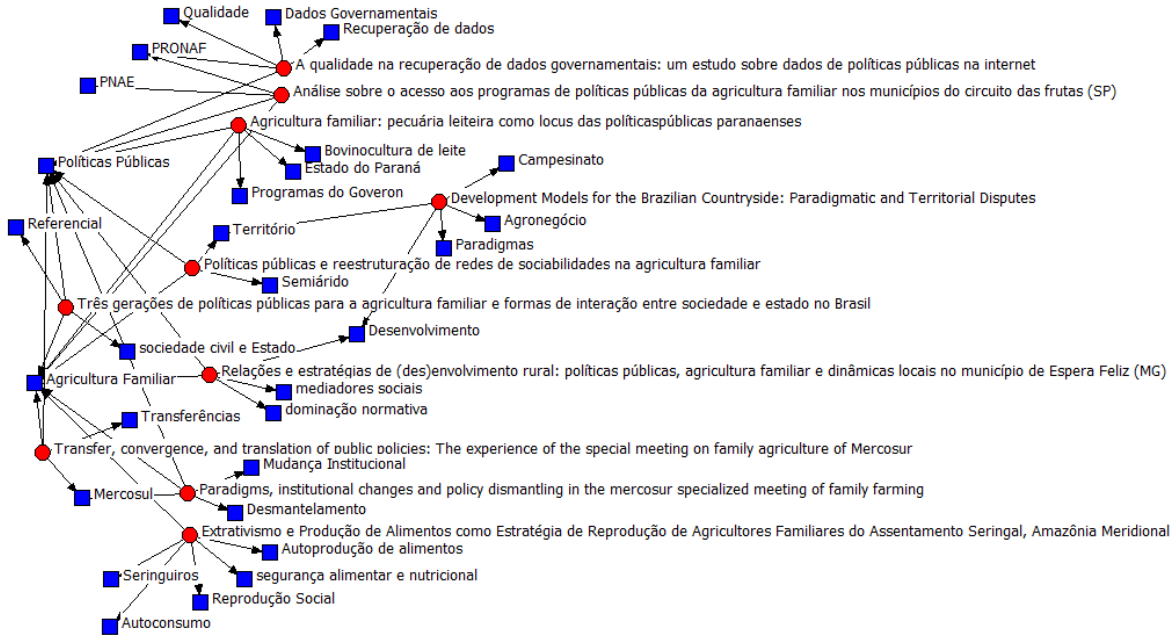
Outro ponto analisado refere-se quanto a análise das palavras chaves utilizadas nos estudos, assim realizou-se uma análise de relação entre título e palavras por meio do software UCINET®, que analisa os dados em rede, dessa forma verifica as combinações frente palavras chaves e os títulos dos trabalhos. Como as buscas são referentes a estudos relacionados com as

políticas públicas e agricultura familiar, estas palavras apareceram como palavras-chaves na maioria dos trabalhos, ou seja, em oito estudos.

Observa-se que se teve a utilização de 29 (vinte nove) palavras-chave, sendo que as mais utilizadas nos estudos analisados foi a agricultura familiar (8) e políticas públicas (8). Na sequência as palavras desenvolvimento, território, Mercosul, PRONAF apareceram duas vezes e as demais palavras aparecem apenas uma vez. Como o foco da pesquisa está relacionada as políticas públicas na agricultura familiar, justifica-se o resultado das palavras chaves encontradas, e a diversidades e especificidade de cada estudo, justifica as inúmeras palavras mencionadas apenas uma vez.

A Figura 02 apresenta a relação de redes entre as palavras-chaves e os títulos, elencando a relação dos mesmos.

Figura 02 – Relação Títulos com palavras chaves



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Dos dez trabalhos selecionados, um trabalho utilizou seis palavras-chaves, cinco trabalhos mencionam cinco palavras e quatro relaciona quatro palavras cada um, totalizando 47 palavras, sendo que destas algumas aparecem em mais de um trabalho como é o caso das palavras política pública e agricultura familiar que aparecem em oito estudos.

Com intuito de verificar quais as principais palavras utilizadas nos dez estudos analisados, ou seja, quais as palavras que aparecem com mais frequência, elaborou-se uma nuvem de palavras por meio da ferramenta Wordclouds. Para tanto, com a junção dos trabalhos fez-se elaboração da nuvem de palavras, destacando as palavras que estão mais presentes nos estudos. A Figura 3 elenca a nuvem de palavras elaborada com base nos dez trabalhos analisados por completo.

Figura 3 - Nuvem de palavras



Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Os termos mais utilizados estão relacionados a temática dos estudos, ou seja, agricultura, familiar, agricultores, políticas e públicas. Destaca-se também as palavras produção, social, sociais, Brasil, rural, desenvolvimento entre outras. Remete-se que as palavras mais utilizadas na totalidade dos textos analisados, refere-se a temática levantada.

Após a análise das palavras e relação dos mesmos com o título, verificou-se a questão das metodologias utilizadas para desenvolvimento dos trabalhos. Percebeu-se que seis (60%) dos trabalhos realizou a coleta dos dados com entrevistas com grupo de pessoas ou agricultores familiares, e três destes evidenciaram também a pesquisa documental. Um dos artigos realizou uma análise cronológica, outro com análise do contexto histórico econômico, um com análise das desigualdades das regiões do Brasil e o outro com as questões de análise de conteúdo. Todos realizaram uma pesquisa bibliográfica para elencar a temática estudada.

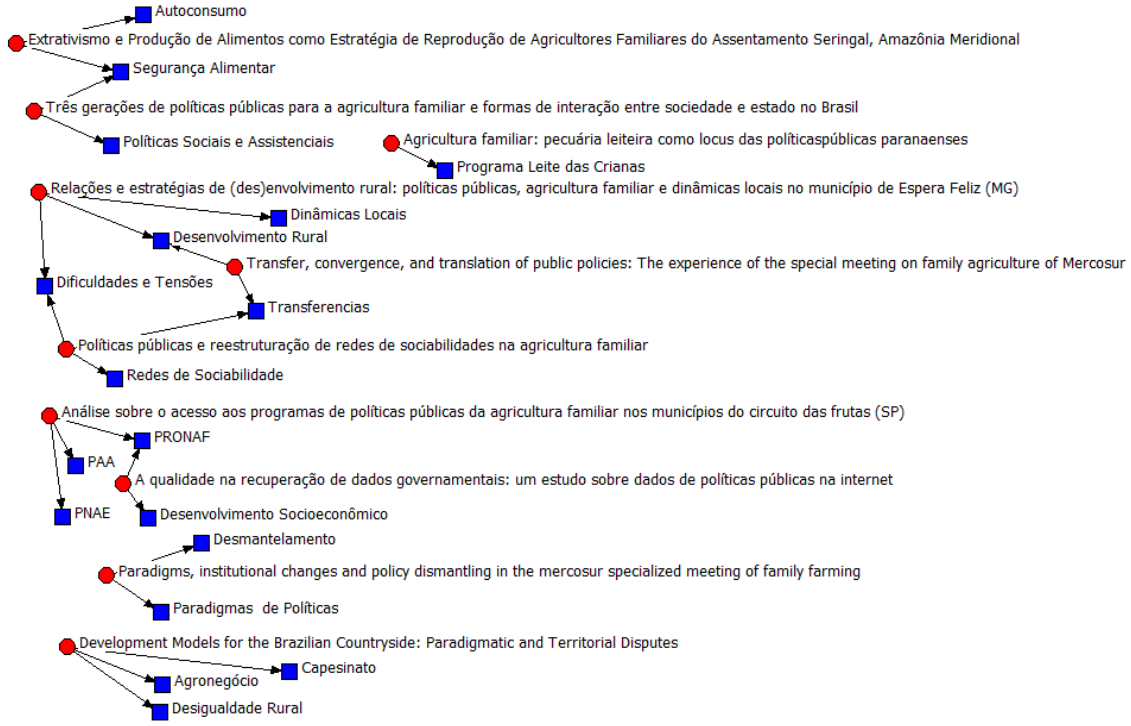
Dos trabalhos que analisaram a questão das políticas públicas no Mercosul, os autores fizeram um acompanhamento e participações com observações nos encontros regionais nas Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF) e entrevistas com os ministros responsáveis.

Outro ponto refere-se a análise das variáveis estudadas, destacando-se 18 pontos principais levantados nos trabalhos analisados, sendo eles: PRONAF (2), Desenvolvimento Rural (2), Transferências (2), Segurança Alimentar (2), Dificuldades e tensões (2), as demais variáveis aparecem de forma individualizada, como Campesinato, Agronegócio, Desigualdade Rural, Desmantelamento, Paradigmas de Política, Desenvolvimento Socioeconômico, Autoconsumo, PAA, PNAE, Políticas sociais e assistenciais, Dinâmicas Locais, Redes de Sociabilidades e Programa Leite das crianças.

Das variáveis estudadas nas pesquisas analisadas, percebe-se a variedade frente a temática levantada. Observa-se que dos dez estudos, três deles não tem relação com os demais.

A Figura 4 apresenta a relação dos títulos dos estudos analisados com as variáveis apresentadas, a análise foi feita por meio do software UCINET®.

Figura 4 – Relação títulos e principais variáveis estudadas



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

No estudo de Telles, Tanaka e Pellini (2008), os autores verificaram a efetividade das políticas públicas relacionadas a pecuária leiteira da agricultura familiar do **Programa leite das crianças.** Os autores concluíram no estudo que existem significativos benefícios aos agricultores familiares advindos das políticas públicas, principalmente frente as compras de itens de extrema necessidade como o leite. Os principais benefícios do programa contribuem para melhores condições de vida aos pequenos produtores e garantem uma estabilidade na renda familiar.

Já no estudo de Fernandes (2016) o autor analisa as disputas entre o **campesinato** e **agronegócio** que afeta a **desigualdade rural.** Menciona que o **campesinato** está ameaçado pela crescente do **agronegócio**, assim destaca a importância das políticas públicas para auxiliar os **campesinatos** e a agricultura familiar.

Outro estudo que relaciona a importância das políticas públicas para a agricultura, que trabalha com uma dinâmica diferente dos demais trabalhos não tento relação com as variáveis estudadas é o estudo de Grisa, Niederle (2021), que analisa a questão do **desmantelamento** da Reunião Especializada de Agricultura Familiar (Reaf) do Mercosul, evidenciando os **paradigmas de políticas**. Os autores concluíram que as alterações nos paradigmas de políticas levaram ao **desmantelamento** institucional no que tange a agricultura familiar e as políticas públicas, porém alguns elementos são de suma importância para estratégias da Reaf, como os diálogos políticos, o peso dos sindicatos e o tamanho das comunidades familiares.

Percebe-se que, mesmo estes três trabalhos não tenham relação entre as variáveis, todos concluíram que as políticas públicas são de suma importância para o desenvolvimento da agricultura familiar (TELLES; TANAKA; PELLINI, 2008; FERNANDES, 2016; GRISA; NIEDERLE, 2021).

Nos estudos de Soares et al. (2018) e Grisa e Schneider (2014), os autores analisam as variáveis de **segurança alimentar** relacionada as propriedades familiares. Soares et al. (2018) destaca a importância das políticas públicas para os agricultores familiares que trabalham com o extrativismo, mencionando que a produção para o **autoconsumo** auxilia na **segurança**

alimentar e na permanência dos agricultores no campo, e para que isso realmente aconteça, as políticas públicas são primordiais.

Grisa e Schneider (2014), concluem no estudo das três gerações das políticas públicas, as diferenças sendo que a primeira geração está focada no fortalecimento da agricultura, a segunda geração refere-se as **políticas sociais e assistenciais,** como forma de relacionamento entre o Estado e a sociedade e a terceira tem seu foco na **segurança alimentar**. Os autores concluem que estas gerações possuem uma certa dependência dos efeitos institucionais e que as mobilizações sociais continuam, pois, as demandas instauradas pelos atores sociais ainda não foram solucionadas de forma satisfatória.

Para que ocorra o **desenvolvimento socioeconômico** Moreira et al. (2020) mencionam a importância da divulgação de forma eficiente dos dados referentes aos programas de política pública, principalmente no que tange ao **PRONAF.** Já De Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014), analisaram a importâncias dos programas como o **PRONAF, PNAE e PAA,** para os agricultores familiares no circuito das frutas em São Paulo.

De acordo com Moreira et al. (2020) a qualidade de divulgação dos dados frente ao PRONAF, pode melhorar as possibilidades para os produtores, principalmente das buscas de informações frente o programa e no que tange a criação de novos programas de política pública. Complementando De Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014) concluíram em seu estudo que das famílias analisadas muitas não participam dos programas de políticas públicas do **PRONAF**, **PNAE** e **PAA,** sendo que o principal motivo, pela não utilização foi por falta de informação.

No estudo de Favero (2011) o autor analisa a questão das **transferências** públicas para as famílias de pequenos produtores. O autor destaca que a **transferência** de renda auxilia nas **redes de sociabilidade** dos agricultores familiares do semiárido. Analisa as **dificuldades e tensões** da agricultura familiar nos três âmbitos: sociais, político e econômico. O autor conclue em seu estudo que é necessário avanças nos estudos elencando as **dificuldades e tensões.**

As discussões advindas das reuniões e encontros da Reaf, conforme Grisa e Niederle (2019), destacam que as **transferências** de políticas públicas em âmbito bilateral, através de ações de cooperação, sendo que as transferências contribuem para o **desenvolvimento rural.** Porém, os autores concluem em seu estudo que os principais fatores que não deixaram, os países do Mercosul, avançarem mais nos processos de transferências e convergências está relacionada a instabilidade institucional que alguns países vivenciam nos últimos anos.

Já no estudo de Silva, Dias e Silva (2014) destacam que as relações existentes entre o **desenvolvimento rural** e as políticas públicas e as **dinâmicas locais**, porém a implantação das políticas públicas possui algumas **dificuldades e tensões**. Os autores destacam que a implantação das políticas públicas e dinâmicas locais nem sempre são positivas, e que após estas implantações existiu mudanças nas práticas sindicais, sendo que estas mudanças em alguns casos limitam e em outros potencializam as ações de desenvolvimento.

Percebe-se que existe algumas dificuldades e tensões na implantação de algumas políticas públicas para a agricultura familiar (FAVERO, 2011; SILVA; DIAS; SILVA, 2014). Porém, as políticas públicas contribuem para que os agricultores familiares permaneçam no campo e tenham uma condição de vida melhor.

Outro fator analisado nos estudos selecionados frente a temática das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, foram as sugestões de trabalhos futuros, sendo que alguns trabalhos não sugerem pesquisas futuras. Telles, Tanaka e Pellini (2008), mencionam que a agricultura familiar é extremamente viável, porém se fazem necessários estudos frente a integração de políticas públicas que garantam o desenvolvimento e reduzam a pobreza no campo.

Já no estudo de Grisa e Schneider (2014), os autores mencionam que são necessários estudos futuros para solucionar alguns problemas referente as políticas públicas que ainda não

foram solucionados como quais as mudanças frente as políticas públicas e os seus resultados e quais os mecanismos para realização dos controles sociais.

Para Moreira et al. (2020), é necessário a realização de estudos no que dizem respeito a usabilidade e encontrabilidade das informações referente aos programas de políticas públicas, pois estas informações são de ampla relevância.

Já no estudo de Grisa e Niederle (2019), os autores mencionam que é necessário a realização de estudos no que tange aos mecanismos em que os diferentes países utilizam para ajustar ou desconstruir as políticas públicas.

Apesar de todos os trabalhos analisados neste estudo, tratarem sobre a temática de políticas públicas frente a agricultura familiar, os objetivos são os mais variados, justificando assim a não relação das variáveis estudadas. Porém, todos os artigos relatam a importância das políticas públicas e suas divulgações no âmbito da agricultura familiar, para que assim ocorra o desenvolvimento, seja ele socioeconômico, rural, local ou sustentável.

5. Considerações Finais

Diante das informações, percebe-se a importância do incentivo e divulgação das políticas públicas, pois as mesmas auxiliam no desenvolvimento das pequenas propriedades, contribuem para a permanecia dos pequenos produtores no campo, devido as possibilidades de comercialização dos seus produtos, no autoconsumo e se segurança alimentar. Por meio desta revisão frente ao tema, verificou-se que há estudos com as mais diversas análises frente a temática e que os principais programas de políticas públicas são o PRONAF, PAA, PNAE e o Leite das crianças.

Os estudos apontam diversas características frente as políticas públicas, sendo que em todos os casos as políticas contribuem para o desenvolvimento, seja ele socioeconômico, rural, local ou sustentável da propriedade ou comunidade, trazendo inúmeros benefícios para a agricultura familiar incluindo o complemento na renda.

Assim atingiu-se o objetivo proposto e respondeu-se o problema de pesquisa que é de analisar quais as características dos estudos científicos frente a utilização de políticas pública para o desenvolvimento da agricultura familiar, percebeu-se que são poucos trabalhos que evidenciam as políticas públicas com ênfase na agricultura familiar, porém nos trabalhos analisados todos destacam a importância das políticas públicas para o desenvolvimento das propriedades.

Conclui-se que a implantação de políticas públicas para a agricultura familiar contribui para a permanência dos produtores no campo, no desenvolvimento do pequeno produtor e na segurança alimentar. Assim o presente estudo contribui para evidenciar a necessidade de divulgações das políticas públicas destinas à agricultura familiar e a importância de operacionalização de alguns programas para atingir um maior número de beneficiados.

Identificou-se a existência de várias políticas públicas que podem ser destinadas a agricultura familiar, porém nem todos os agricultores utilizam as mesmas, muitas vezes por desconhecimento dos programas. Portanto, como sugestão de pesquisas futuras, propõe-se relacionar todas as políticas públicas que podem ser utilizadas pela agricultura familiar e quais os benefícios cada uma pode proporcionar aos agricultores.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, R. Gipaf entrevista: agricultura familiar. 2010. Disponível em: http://ricardoabramovay.com/entrevistas-agricultura-familiar/. Acesso em 20 de jul. de 2021.

ALBERGONI, L.; PELAEZ, V. Da revolução verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? Revista de Economia, v. 33, n. 1, 2007.

BAPTISTA, F. O. **Agriculturas e territórios**. Oeiras, Portugal: Celta, 2001. 207 p.

CONAB. A importância da agricultura familiar no desenvolvimento dos municípios. Revista Agropecuária. 2012. Disponível em: http://www.revistaagropecuaria.com.br/2012/10/26/a-importancia-da-agricultura-familiar-no-desenvolvimento-dos-municipios/. Acesso em 15 de jul. de 2021.

DE CASTRO NETO, N., DENUZI, V. S. S., RINALDI, R. N., & STADUTO, J. R. Produção orgânica: uma potencialidade estratégica para a agricultura familiar. Revista Percurso, 2(2), 73-95, 2010.

FAVERO, Celso Antonio. Políticas públicas e reestruturação de redes de sociabilidades na agricultura familiar. **Caderno CRH**, v. 24, p. 609-626, 2011.

FEITO, C. Visibilización y valorización de la agricultura familiar periurbana. Intervenciones de políticas públicas en el partido de La Matanza. Mundo Agrario, [S. l.], v. 18, n. 38, p. e055, 2017. DOI: 10.24215/15155994e055. Disponível em: https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAe055. Acesso em: 15 jul. 2021.

FERNANDES, BM. Development Models for the Brazilian Countryside: Paradigmatic and Territorial Disputes. Latin American Perspectives. 2016; 43(2):48-59. doi:10.1177/0094582X15616117

GRISA, Catia; NIEDERLE, Paulo Andre. PARADIGMS, INSTITUTIONAL CHANGES AND POLICY DISMANTLING IN THE MERCOSUR SPECIALIZED MEETING OF FAMILY FARMING. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 251-282, 2021.

GRISA, Catia; NIEDERLE, Paulo. Transfer, Convergence, and Translation of Public Policies: The Experience of the Special Meeting on Family Agriculture of Mercosur. **DADOS-REVISTA DE CIENCIAS SOCIAIS**, v. 62, n. 2, 2019.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário - Agricultura familiar - Brasil, grandes regiões e unidades da federação. 2006. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao#agricultura-familiar. Acesso em 16 de jul. de 2021.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Tabela com módulo fiscal dos municípios. 2013. Disponível em http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal. Acesso em 15 de jul. de 2021.

MOLONEY, R.; MAGGS, C. **A systematic review of the relationship between written and manual nursing care planning, record keeping and patient outcomes.** *J Adv Nurs*, *30*. 1999.

https://doi.org/10.1046/j.1365-2648.1999.01048.x

MOREIRA, Fábio Mosso et al. A qualidade na recuperação de dados governamentais: um estudo sobre dados de políticas públicas na internet. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, p. 103-132, 2020.

PLEIN, Clério. Os mercados da pobreza ou a pobreza dos mercados?: as instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na Microrregião de Pitanga, Paraná. 2012. In: Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Deselvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

SANTOS, J. G.; CÂNDIDO, G. A. Sustentabilidade e Agricultura Familiar: Um Estudo de Caso em uma Associação de Agricultores Rurais/ Sustainability and Aamily Agriculture: a Case Study in a Rural Farmer Association. Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA, 7(1), 69. 2013. ISSN: 1981-982X.

SCHNEIDER, Sergio. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. **Redes: revista do desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul, RS. Vol. 21, n. 3, pt. 2 (set./dez. 2016), p. 11-43, 2016.**

SILVA, Márcio Gomes da; DIAS, Marcelo Miná; SILVA, Sandro Pereira. Relações e estratégias de (des) envolvimento rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 229-248, 2014.

SOARES, Keller Regina et al. Extrativismo e Produção de Alimentos como Estratégia de Reprodução de Agricultores Familiares do Assentamento Seringal, Amazônia Meridional2. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, p. 645-662, 2018.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 205-222, 2014.

TELLES, Tiago Santos; TANAKA, Julia Midori Ueda; PELLINI, Tiago. Agricultura familiar: pecuária leiteira como locus das políticas públicas paranaenses. **Semina: Ciências Agrárias**, v. 29, n. 3, p. 579-590, 2008.

TERLUIN, I. J. **Differences in economic development in rural regions of advanced countries**: an overview and critical analysis of theories. Journal of Rural Studies, Oxford, v. 19, p. 327-344, 2003.